

João Genaro Finamor Neto, Giane Lara,
Margareth F. dos Santos, Eduardo Lopes,
Diego Sauer e Elizara Carolina Marin

Educação Ambiental e Lazer

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E LAZER: ARTICULAÇÕES A PARTIR DO ESPORTE DE CANOAGEM

Recebido em: 27/02/2013

Aceito em: 18/07/2013

João Genaro Finamor Neto¹

Centro de Educação Física e Desportos – CEFID
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Santa Maria – RS – Brasil

Giane Lara²

Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac
Santa Maria – RS – Brasil

Margareth Fontoura dos Santos³

Secretaria de Educação
Prefeitura Municipal de Santa Maria
Santa Maria – RS – Brasil

Eduardo Lopes⁴

Diego Sauer⁵

Elizara Carolina Marin

Centro de Educação Física e Desportos – CEFID
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Santa Maria – RS – Brasil

RESUMO: Este relato de experiência apresenta o tema Educação Ambiental (EA) numa abordagem interdisciplinar com o lazer e o esporte de canoagem, com o objetivo de articular tais campos, focalizando como objeto da pesquisa os aspectos da materialidade percebidos no projeto de extensão “Canoagem na Escola”, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil. A metodologia privilegiou o materialismo histórico por ser este método o mais adequado para tratar das questões em que vão ser avaliados posturas e resultados que decorrem de ações humanas, dentro de um contexto social e político. Para responder aos questionamentos do corpo temático da pesquisa, o estudo pressupõe que o esporte em pauta, ao proporcionar contato com a natureza pode despertar também a consciência crítica em relação a sua importância, de modo a sustentar sua preservação.

¹ Professor de Educação Física da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

² Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e especialista em Educação Física Escolar.

³ Especialista em Educação Infantil - Centro Universitário Franciscano - UNIFRA

⁴ Graduado em Educação Física CEFID/UFSM

⁵ Estudante de Educação Física CEFID/UFSM

PALAVRAS CHAVE: Canoagem. Educação Ambiental. Esporte. Atividades de Lazer.

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND RECREATION: JOINTS FROM THE SPORT OF CANOEING

ABSTRACT: This experience report presents the subject of environmental education (EE) in an interdisciplinary approach to the sport of kayaking and recreation, this with the aim of coordinating such fields, focusing as a research aspects of materiality that perceive the extent of the “Canoa at School”, developed at the Federal University of Santa Maria, RS, Brazil. The methodology promotes historical materialism, because this is the most appropriate method to address the issues which are to assess attitudes and outcomes resulting from human action in a social and political context. To answer questions thematic body of research, the study assumes that the sport in question, to facilitate contact with nature can also raises critical awareness about its importance to promote conservation

KEYWORDS: Canoeing. Environmental Education. Sport. Leisure Activities.

Introdução

Este relato de experiência se propõe a elaborar uma discussão interdisciplinar entre Educação Ambiental (EA), lazer e o esporte de canoagem na busca de articular um entrecruzamento entre estes campos a partir da materialidade dada pelo projeto de extensão “Canoagem na Escola”. Buscamos dialogar com tais temas sem, no entanto, nos restringirmos a eles, pois entendemos que a análise isolada e fragmentada impõe limites estreitos para a compreensão da totalidade dos fenômenos, bem como para sua crítica.

O projeto “Canoagem na Escola” teve início em 1997 em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Maria. Procura atender aos alunos de escolas públicas pertencentes aos extratos pauperizados da população, visando democratizar o acesso ao esporte de Canoagem, historicamente praticado por poucos, e provocar reflexões sobre temas ligados à realidade sociocultural e ambiental. O esporte canoagem necessita de

equipamentos de custo econômico elevado como os barcos, remos e coletes, além de requisitar a disponibilidade de um local amplo para o deslocamento das embarcações como barragens, grandes lagos, açudes, rios ou mar. Assim sendo, a prática da canoagem não é popular no nosso país.

Atualmente (desde 2011) o projeto vem sendo desenvolvido como atividade de extensão do Centro de Educação Física (CEFD) da UFSM, utilizando tanto os recursos naturais do *campus* universitário quanto de pessoal (discentes e docentes), propiciando articular formação profissional, extensão e pesquisa.

Dentro do projeto, desenvolvemos aulas de canoagem, discussões a cerca da temática da educação ambiental entre alunos e professores e também buscamos discutir, entre os professores, as possíveis relações entre a Educação Física - e dentro dela o esporte canoagem - com a educação ambiental e o lazer. Assim, procuramos contribuir na sistematização de uma concepção para tratar essa relação que se estabeleceu durante o andamento do projeto.

A problemática ambiental como ponto de partida

Analizar a problemática ambiental não se limita ao esforço teórico para apreender conceitos, mas, sim, depende do próprio “lugar de fala” ou das “lentes” utilizadas para compreender a realidade. A destruição ambiental vem se constituindo como ponto de partida para a formulação de diversos modos de conceber a EA. A preocupação com práticas sustentáveis vêm tomando força nos últimos anos, como corolário imprescindível da devastação da natureza, processo resultante da crescente exploração dos recursos naturais com vistas à sua utilização no processo de valorização do capital.

Dentre os grupos de interesse e os movimentos (organizações não governamentais, movimentos ambientalistas, associações, grupos políticos e outros) que disputam os rumos, empreendem debates e buscam direcionamentos acerca da temática ambiental, acredita-se que a adesão a uma visão “ecológica” pode permitir a constituição de interesses sociais compartilhados e pautados na mudança de valores e de formas de reprodução social nos mais diversos contextos locais (BARCELLOS, 2009).

Dentro dos principais debates que envolvem a EA, percebemos que as diferentes maneiras de compreendê-la surgem a partir de como situamos os determinantes que influenciam na degradação do ambiente. A divergência não é somente quanto aos termos e conceitos empregados, mas, principalmente, porque cada termo expressa uma análise distinta. Portanto, “crise ambiental” ou “crise ecológica” (JACOBI, 2003), “crise civilizatória” (JANSEN; VIEIRA; KRAISCH, 2007), ou “crises globais”, como coloca o relatório Nossa Futuro Comum (BRUNDTLAND, 1991), não são meras discordâncias nominais: em verdade, são representações das diferenças de cunho teórico-conceitual e político.

Corrêa (2009) faz um mapeamento dos principais referenciais que balizam o debate sobre o desenvolvimento sustentável: Relatório do Clube de Roma: Limites do Crescimento (1968); Declaração de Estocolmo (1972); Relatório de Brundtland: Nossa Futuro Comum (1987); Declaração do Rio (1992); Agenda 21 (1992) e Rio+20 (2012). Esses referenciais têm servido de alicerce para as formulações sobre a EA, sendo que, a partir da ótica de compreensão da questão ambiental, é que surgem propostas para a EA.

Dentro das abordagens da EA, há análises distintas tanto sobre os fatores que têm causado a devastação ambiental quanto sobre as possíveis medidas a serem tomadas no enfrentamento dessa exploração desenfreada. Presenciamos, assim, o eco que as

chamadas concepções hegemônicas ou conservadoras da EA ainda encontram, embora haja forte questionamento sobre seus paradigmas.

O movimento ambientalista, ou ambientalismo surge como crítica ao modo como a sociedade atual se relaciona com a natureza, pautada numa ótica de exploração desenfreada. O ambientalismo, de modo geral, defende novos valores na relação do homem com a natureza, propondo também práticas não destrutivas que a preservem.

Centrada em uma ótica utilitarista da natureza, tendo-a como objeto de dominação e impulsionadora do desenvolvimento econômico das sociedades, a concepção conservadora considera que a EA deve agir nos marcos do indivíduo, atuando de modo a alterar os padrões comportamentais de cada pessoa através da sensibilização quanto à questão ambiental (LAYARGUES, 2002).

Um segundo modo de pensar a EA compreende o que se denomina por EA alternativa, EA emancipatória ou EA popular, que encontra forte sustentação nos movimentos sociais organizados e que tenta propor soluções ambientais em amplo espectro, entendendo que a mudança individual por si só não atinge a totalidade dos problemas que causam a assolação da natureza. As causas dessa assolação são entendidas em níveis estruturais, que se enraízam no próprio modo como se configuram as relações sociais de produção na sociedade moderna. Em razão disso propõe, como alternativa, processos educativos que transcendam o marco de ações individuais; que faça com que o educando atinja um nível de compreensão para ter o entendimento da totalidade das relações sociais e dos fatores determinantes no modo de o homem se relacionar com a natureza (LAYARGUES, 2002).

Faz-se imprescindível promover mudança dos padrões culturais da humanidade em favor da sensibilização às questões ambientais e de hábitos, porém entendemos que

isto tem alcance limitado por não atingir o ponto-chave da própria produção material da vida, que hoje é regida pela lógica do capital. O debate sobre a EA deve abranger tanto a singularidade do indivíduo quanto as questões mais amplas. Afinal, o modo de reproduzir a existência dos homens aponta para a direção do catabolismo da natureza, principalmente quando pensado sob a ótica da ideologia capitalista que, como tal, autoriza práticas predatórias. Reafirmamos, portanto, nessa direção, que uma mudança nos padrões de relacionamento com a natureza decorre a partir da reestruturação nos pilares da sociedade atual.

Entendemos que a Educação Ambiental pode contribuir para a compreensão dos fenômenos da natureza e da relação que o homem estabelece com a mesma, construindo uma práxis em que este reconheça sua dependência, sendo ele próprio produto da mesma.

As possibilidades de um discurso ambientalista, que esteja internamente referenciado por marcos do capital, são incompatíveis com sua própria lógica, orientada para expansão com vistas à acumulação. Diante do atual estágio de desenvolvimento do capital, nem mesmo a possibilidade de um “ambientalismo reformista” se torna plausível, porque ele [o capital] se depara com sua crise estrutural. Para Mészáros (2011, p.100)

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para esse sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. [...] o capital *jamais* se submeteu ao controle adequado duradouro ou a uma autorrestrição racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo este, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos de resistência encontrados, sempre que ele não fosse capaz de demoli-los (*grifos do original*).

Portanto, a compreensão da realidade indica que a crise ambiental não é uma crise em si mesma, originada somente pela falta de responsabilidade dos homens para com a natureza, mas sim que está articulada ao próprio modo de organização social e econômica em curso.

Assim, se faz necessário analisar, no contexto da EA e da cidadania, as ações que se propõem ou se apresentam como sendo alternativas de transformação da realidade. Para que isso ocorra é essencial mobilizar a população para que seja dado um sentido de autonomia e de pertença entre a ação e o sujeito, estimulando atividades mais consistentes em cidadania.

Ainda desse ponto de vista, Demo (1996) aponta que não há relações sociais de qualquer espécie que, de uma forma ou outra, não sejam por definição políticas. Segundo o autor, por exemplo, as desigualdades são intrínsecas à dinâmica da formação social e, mesmo cessando a pobreza, a diferença entre classes e demais desigualdades não acabariam com as injustiças, pois são uma manifestação social concreta e que alicerçam o sistema capitalista.

Conforme ilustra Capra (2003), a partir de 1962, quando foi lançado o livro “A Primavera Silenciosa” da bióloga e jornalista norte-americana Rachel Carson, a visão mundial despertou com seu alerta sobre o fato de que o Planeta estava doente. E que, quando um setor é afetado, toda a rede da vida é também afetada. Esta já seria uma visão sistêmica do novo discurso ambiental.

Partindo dessa leitura, compreendemos que pensar a EA requer que apreendamos as relações a fim de articular uma proposta educacional em consonância com um novo projeto histórico, para além do capital. Acredita-se que o desenvolvimento sustentável engloba um conjunto de mudanças-chave na estrutura de

produção e consumo, invertendo o quadro de degradação ambiental e miséria social a partir de suas causas (GONÇALVES, 2000), não sendo possível uma postura compatibilista entre “ambientalismo” e “capitalismo” que deixe de lado o contexto histórico e cultural, e o modo como a sociedade está estruturada.

Educação Ambiental e Lazer: interrelações possíveis

A preocupação com a questão ambiental e a elaboração de um campo teórico denominado Educação Ambiental tem início a partir da década de 1960, em virtude de, nesse período, serem diagnosticados os primeiros indícios do esgotamento dos recursos naturais, além de outras implicações cujos resultados eram negativos ao ambiente.

Conforme Ouriques (2004, p.20), “desde então, as mais diversas áreas das ciências sociais têm se debruçado sobre o assunto”. Assim, surgem as principais conferências mundiais, organizadas pelos organismos multilaterais do capital, tais como Banco Mundial (BM), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que debatem a questão ambiental e encaminham documentos e políticas para a solução dos problemas ambientais. Nesses documentos também são formuladas as principais teorias que tentam responder “o que é Educação Ambiental?”.

Jansen; Vieira e Kraisch (2007) situam que uma primeira definição para a Educação Ambiental foi adotada, em 1971, pela União Internacional pela Conservação da Natureza. A Conferência de Belgrado (1975) realça princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) e, fundamentalmente, a Conferência Intergovernamental de Tbilisi (1977) apresenta conceituação que vem sendo amplamente adotada, qual seja: a Educação Ambiental como “um processo de

reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos suas culturas e seus meios biofísicos" (SÃO PAULO, 1994, p.28).

Cabe realçar, no entanto, que esse conceito vem sendo reformulado e questionado por grupos que começaram a se dedicar a pesquisar a questão ambiental, tendo como elemento-base da problemática a referência ao próprio modo de o capital organizar o todo social. Nesse sentido a concepção de EA amplia o espectro e aponta, consequentemente, para o questionamento e a tentativa de superação do metabolismo social do capital.

Nessa direção, as especificidades da EA estão na possibilidade de articulação com outras áreas do conhecimento, visto não se constituir como uma ciência ou área que pesquisa e formula seus conteúdos a partir de um objeto de estudo próprio; mas, que recebe contribuições das diversas ciências e, a partir disso, constitui seu campo de investigação e atuação.

É seguindo este entendimento que a articulação da EA com outros campos de conhecimento começa a ser problematizada e pensada a partir dos anos de 1990, não se constituindo somente enquanto possibilidade, mas como necessidade no trato do campo pedagógico.

Sabemos que apenas o contato com o ambiente não é condição para uma EA que atenda às necessidades humanas de apropriação dos conhecimentos imprescindíveis para o entendimento da sua práxis. Muito menos, isoladamente, possibilitará ao sujeito a compreensão da necessidade de superação do modo como concebemos nossa relação

com a natureza, ou a superação da tentativa humana de sua dominação, isto é, da natureza, o que requer outro modo de reprodução social.

Esse exemplo mostra que, quando se estabelece a relação entre o lazer e a EA, além do modo de conceber a EA, o maior determinante é o próprio entendimento de lazer tomado como ponto de partida. Assim, a partir de um determinado modo de conceber o lazer é que se vão traçar estratégias para direcionar sua relação com a EA. Nesse sentido, o lazer, entendido como espaço de liberdade (MASCARENHAS, 2003), se traduz numa vivência lúdica e educativa, capaz de colaborar para a recriação dos campos cultural, social e político, configurando-se, portanto, num *locus* espaço temporal de disputas entre os que resistem ao desaparecimento dos espaços de lazer, o que acontece com mais nitidez nas grandes cidades, e os que concebem o lazer sob a lógica do negócio capitalista e do lucro.

Concordamos com Mascarenhas (2003) quando toma o lazer como um lugar de experimentação estética, ética, política e educativa. Ancorado em Paulo Freire, o autor situa que as relações pedagógicas fazem parte das relações sociais e que o papel dos educadores seria o de colaborar para garantir sua organização.

Pensar o lazer como espaço da liberdade implica possibilitar tanto o espaço de descoberta das contradições e determinações sociais quanto o de apropriação crítica e criativa. Com o trato dos conteúdos do lazer (neste caso o esporte de canoagem) busca-se que os envolvidos se situem como sujeitos sociais, que se reconheçam na ação e a transcendam, rumo à construção de uma efetiva participação cultural e política.

Colocando o trato com o lazer sob tal lógica e buscando sua articulação com os conhecimentos da EA, abre-se um campo para o desenvolvimento das potencialidades humanas que requer essa articulação entre conhecimentos, rompendo com a lógica

linear e fragmentária da apreensão de conteúdos. A fragmentação causadora do desencontro entre as áreas do conhecimento tem dificultado o processo de uma educação sistematizada que aponte para o desenvolvimento humano. E é partindo das consequências reducionistas dessa fragmentação que buscamos transcendê-la em busca de possibilidades de articulação entre os diferentes campos do saber, objetivando refletir a respeito da relação entre Lazer e Educação Ambiental.

Pensar um processo educativo que leve em conta os interesses do homem requer que voltemos nossos esforços à formulação de propostas educativos comprometidos com os interesses da classe trabalhadora na direção da sua libertação. Assim, a apropriação da cultura – incluída aí a cultura corporal – torna-se fator imprescindível, tanto para o próprio desenvolvimento do ser enquanto indivíduo social quanto para possibilitar aos setores oprimidos a apreensão de ferramentas teóricas que lhes possibilitem entender e, conscientemente, atuar em sua realidade.

Nesse aspecto, cabe considerar que o despertar da consciência ambiental não é somente responsabilidade do indivíduo em si ou de um agregado destes, mas requer envolvimento social e a ocorrência de uma mobilização comunitária em torno disto, gerando vivências cotidianas que motivem e sensibilizem a comunidade.

Para a ocorrência de um processo de conscientização, torna-se necessário romper com as fronteiras do individualismo, para que as pessoas se movam em torno de ações sociais que articulem a realidade e o pensamento individual. Essa articulação pode ser geradora de transformações cognitivas e ideológicas no indivíduo, não restritas apenas a mudanças de comportamentos e de atitudes no ambiente, mas que possa despertar uma racionalidade questionadora das determinações hegemônicas socioambientais nesse momento.

Colaborando com a discussão realizada, Carvalho (2002, p.8) também teoriza:

Comportamento é um conceito muito pobre para dar conta da complexidade do agir humano. Não se trata de induzir novos comportamentos, pois isso pode ser alcançado de forma pontual sem implicar uma transformação significativa, no sentido da construção de um novo Éthos, de um novo pacto civilizatório desejado por um ideário ecológico emancipatório. Uma pessoa pode aprender a valorizar um ambiente saudável e não poluído, ter comportamentos tais como não sujar as ruas e participar dos mutirões de limpeza do seu bairro. Essa mesma pessoa, no entanto, pode considerar adequada a política de produção e transferência de lixo tóxico para outra região e não se importar com a contaminação de um lugar distante do seu ambiente de vida. Numa perspectiva individualista, isto preserva seu meio ambiente imediato, a despeito do prejuízo que possa ter, por exemplo, para outras populações afetadas por estes resíduos tóxicos.

Em definição breve e sucinta, Saviani (2005, p.13) expõe o que seria um processo educativo na direção contra-hegemônica (não limitada à educação institucional), e estratégias educacionais nos pontos tangenciais entre lazer e EA, com vistas a considerar a sua totalidade. Para o autor, o processo de educar é:

[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro, e concomitantemente à descoberta das formas mais adequadas, atingir esse objetivo.

Essa concepção é antagônica às propostas e concepções educacionais tradicionais, que se enraízam nos valores e demandas da ordem vigente. A educação, numa perspectiva transformadora tende a fazer um movimento de dupla face: ao mesmo tempo em que oportuniza a formação integral dos indivíduos, rompendo com a separação entre o pensar e o fazer, coloca às claras e evidencia tanto as contradições quanto essa cisão estabelecida entre trabalho intelectual e trabalho manual, que está no eixo da divisão social do trabalho e da lógica formal de apropriação do conhecimento.

Além disso, ela garante as ferramentas necessárias para que os homens consigam agir no mundo em favor de seus interesses.

Contudo, analisando o campo empírico em que se situam o lazer e a EA, percebemos que, antes de pensarmos no avanço dessas formulações, encontramos problemas candentes que precisam ser solucionados primeiramente. Um dos mais urgentes e cruciais consiste em verificar que a apropriação cultural, como supracitado, que é fator elementar para o desenvolvimento de estratégias educacionais libertárias, nem sempre está sendo garantida⁶.

O avanço no desenvolvimento histórico, tomado como tempo cronológico, nem sempre propicia o desenvolvimento do ser social. Sob este modelo da sociedade de classes e da divisão social do trabalho o processo de apropriação sofre uma dupla fratura. Se por um lado a produção material é potencializada com o avanço das forças produtivas, por outro, a produção não material – cultural – e sua apropriação ficam centralizadas em torno de uma pequena parcela da sociedade. Como esclarece Leontiev (1978, p.271): “assim se introduziram a concentração e a alienação da cultura não só na história dos diferentes países, mas também e sob [as] formas ainda menos disfarçadas na história da humanidade”.

Chegamos, por conseguinte, a uma conjuntura de agudização dessa realidade em que, contraditoriamente, as parcelas sociais que mais trabalham são as que menos têm

⁶ Leontiev (1978) faz uma importante discussão sobre cultura, apropriação cultural e desenvolvimento humano. O autor faz uma investigação histórica sobre o processo de apropriação da cultura, afirmando que, em etapas iniciais da organização social, o processo de desenvolvimento humano se dava a partir do predomínio das bases biológicas através da passagem de características hereditárias às gerações seguintes. Contudo, o desenvolvimento material e consequentemente o cultural possibilitaram formas mais avançadas de organização social. Isso gerou uma nova condição para o desenvolvimento humano, sendo que não mais a biologia passava a ser o elemento central nesse processo. Assim, o processo histórico de desenvolvimento do ser social passou a pré-requerer de cada indivíduo e da coletividade a apropriação de todo o acúmulo material e imaterial humano herdado. O autor analisa também a influência da divisão entre produção e apropriação cultural no processo de empobrecimento humano e sua consequente desumanização.

acesso ao acervo cultural produzido pela humanidade. O trabalho se torna alienado, dividido entre manual e intelectual. A cultura oferecida às massas é uma cultura destituída de possibilidades emancipatórias.

Consideramos que esse problema está enraizado na educação, sendo um dos principais percalços nas ações educativas comprometidas com a classe trabalhadora. Levando isso em conta, e partindo dessa concretude, enxergamos no estreitamento das relações entre lazer e EA a possibilidade de um trabalho educativo que não cinda a atividade humana em produção e consumo, ou seja, entre produção e apropriação cultural. Como exemplo, citamos os jogos, as brincadeiras e os esportes – conhecimentos elaborados conforme determinação de seu contexto histórico.

A partir da necessidade de um trabalho que considere a apropriação do patrimônio cultural como sendo algo determinante para o desenvolvimento humano e à emancipação da classe trabalhadora, urge a necessidade de estabelecer a relação entre esses dois campos de conhecimento. Assim, uma dessas expressões está no campo da educação, desenvolvida nos mais diferentes contextos, como o do lazer, que faz parte de um campo social que abriga muitas possibilidades de formação de sujeitos.

Nesse cenário, diversos atores, forças e projetos políticos atuam na disputa pelos rumos da ação educativa. Diante disso, a EA pode oferecer oportunidades de ações que estimulem as pessoas a interagirem e a atuarem enquanto sujeitos de transformação no ambiente em que vivem, apontando, assim, elementos de participação no contexto comunitário que podem estimular a noção de cidadania e abrir novos canais de participação em sociedade.

O projeto “Canoagem na Escola”

Barcellos (2009) descreve um aspecto concernente a esta pesquisa, concluindo que apenas questionar e querer transformar a estrutura e as ações educativo-pedagógicas no interior de um projeto em si mesmo seria inócuo do ponto de vista reflexivo e de mobilização comunitária.

Nesse sentido, é importante questionar, também, as políticas públicas educacionais e esportivas, bem como a atual conjuntura social em que nos defrontamos cotidianamente, a fim de se poderem partilhar os rumos e perspectivas desse processo, criando as condições necessárias para ressaltar projetos e ações de estudantes e profissionais que também interagem no campo social.

O projeto “Canoagem na Escola” visa proporcionar o acesso da modalidade a alunos pauperizados e marginalizados na hierarquia social, ou seja, oriundos de setores de risco e excluídos socialmente, na região em estudo. Embora limitados por condições objetivas, o projeto oferece a essas populações o acesso a conhecimentos da canoagem e da EA.

A abordagem de exclusão social é, em essência, multifatorial, sendo caracterizada pela falta de acesso aos mais diversos bens e serviços, incluindo-se aí a justiça, a segurança, a saúde e outros bens que confirmam a cidadania. Porém suas origens remontam, antes, às diferenças econômicas de tais grupos, e é a partir da exclusão econômica que se dá o processo de identificação da exclusão nos mais diversos segmentos da sociedade. A tendência do projeto é priorizar (sem ignorar a outras formas de exclusão social, cultural, de cor, de gênero ou de etnia) a opção pelo recorte econômico, tendo como enfoque principal o conceito de pobreza. Ressaltamos,

também, que alunos que não se enquadram em situação de exclusão social tenham participado das atividades.

Importante se faz frisar que o projeto não pretende substituir as aulas de Educação Física na escola e tampouco ter a função de reforço escolar; ou, menos ainda, transformar-se em objetivo para acalmar os alunos para que estes possam melhorar o comportamento e interesse nas outras disciplinas escolares. Defendemos a educação pública, gratuita, de qualidade e que possibilite a ampla formação do ser humano nos seus mais diversos sentidos como um direito básico de todos.

Os programas de políticas públicas de esporte e lazer têm estado em pauta nos últimos anos buscando atender à crescente demanda social da necessidade de usufruto do tempo livre da população, resultante da nova configuração do trabalho na reestruturação do capitalismo, em que, cada vez mais, o tempo é controlado pelas necessidades do mercado, gerando mudanças culturais na população. Como consequência, o esporte e o lazer vêm ganhando um novo papel na organização urbana, relacionado ao bem-estar das populações (BAGGIO; SALDANHA FILHO; BRUST, 2006).

No estudo de Trauer e Saldanha Filho (2008), realizado na cidade de Santa Maria (RS), observou-se um descompasso entre os vários setores da administração municipal em relação aos espaços públicos quanto à responsabilidade de construção, modernização, revitalização, preservação, melhoria e maximização de espaços e equipamentos para esporte e lazer com segurança e qualidade, visando ao interesse e às necessidades da população, contemplando ainda acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais, e para idosos.

Neste âmbito, na atual administração municipal, a ênfase das políticas públicas está nos eventos internacionais de grande porte e nos espetáculos esportivos competitivos, enquanto a população de baixa renda encontra-se carente de espaços de lazer. Nesse contexto, as instituições de ensino e a organização da sociedade civil são fundamentais para o exercício e a garantia do direito a educação, esporte e lazer. É nessa direção que o projeto “Canoagem na Escola” vem sendo desenvolvido na cidade de Santa Maria, RS, Brasil.

O esporte de canoagem começou a ser conhecido no município a partir do momento em que, nos meados de 1980, sócios de um clube da cidade adquiriram alguns caiaques e remos e começaram a remar na barragem do rio Vacacaí-Mirim, também descendo rios da região (Vacacaí, Jacuí, Toropi e Soturno). Cada vez mais pessoas se interessavam pela prática e, a partir disto, vários eventos foram realizados, objetivando a difusão do esporte na região.

No ano de 1993, o atleta olímpico Álvaro Acco Koslowski, atual técnico da seleção brasileira masculina de Canoagem Velocidade, hoje sediada na cidade de Caxias do Sul (RS), ministrou um curso técnico intensivo de canoagem na cidade. Esse intercâmbio com profissionais e atletas trouxe o contato com a Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa) e com a Federação de Canoagem do Estado do Rio Grande do Sul (FECERGS).

Mais tarde, no ano de 1997, o projeto “Canoagem na Escola” foi instituído em parceria com a Prefeitura Municipal de Santa Maria, pela Secretaria Municipal de Educação, contando com oito educandos do Centro Integrado de Iniciação ao Trabalho (CIIT) Escola Aberta, atualmente desativada. Visando democratizar o acesso ao esporte de Canoagem, o projeto já oportunizou acesso a centenas de crianças, jovens e adultos.

O trabalho com o aprendizado da técnica do esporte de Canoagem-Velocidade soma-se aos objetivos gerais do projeto buscando desenvolver valores indispesáveis à formação do ser cidadão, e de temas ligados à realidade sociocultural.

Atualmente o Projeto “Canoagem na Escola” vem sendo desenvolvido como atividade de extensão do Centro de Educação Física da UFSM, atendendo a quatro Escolas Municipais de Ensino Fundamental, o que vem propiciando a abertura do campo investigativo nessa temática a um coletivo de docentes e discentes da Educação Física. As atividades do projeto tiveram início no mês de março de 2011 a partir da seleção dos bolsistas e das primeiras reuniões de trabalho⁷. Após, foram feitos os contatos com as escolas envolvidas na ação com o objetivo de apresentar a iniciativa e formar as turmas observando o critério socioeconômico dos alunos de quatro escolas de bairro de periferia do município de Santa Maria.

As atividades foram desenvolvidas para duas turmas de 30 crianças cada, uma vez por semana, com três horas de duração. Também foram desenvolvidas atividades aos sábados e domingos atendendo ao longo do ano a mais de 300 participantes das famílias e comunidades envolvidas.

Durante os encontros, os alunos produziram materiais escritos sobre EA, formularam regras de convivência entre o grupo, operaram a construção de valores indispesáveis para o exercício da cidadania, construindo o conhecimento dos diferentes contextos onde se insere a Canoagem (lazer, alto rendimento, turismo, recreação), e exploraram ainda a história e a construção da canoagem como modalidade esportiva.

Destacamos o interesse e o envolvimento do coletivo de estudantes e professores, na medida em que 80% dos participantes mantiveram uma freqüência

⁷Projeto de extensão vinculado ao Centro de Educação Física e Desportos do CEFD-UFSM e que recebeu apoio financeiro (bolsas de extensão e recursos) do Programa de Extensão Universitária- PROEXT-MEC-SESu-Projeto Ciência Viva- Edital 2011-UFSM.

semanal regular nas atividades; além disso, houve a preocupação nas escolas de sempre preencherem todas as vagas oferecidas no projeto, o que, quantitativamente, ao longo do ano, representou um maior número de crianças e jovens atendidos (aproximadamente 200 estudantes) e, qualitativamente, resultados formativos mais relevantes que foram verificados junto àqueles que tiveram freqüência regular e maior participação nas atividades do projeto.

A produção de desenhos e escritos materiais escritos pelos alunos demonstrou um nível de compreensão dos mesmos em relação à temática ambiental. Em algumas produções, que tocavam em relação à preservação do ambiente, no sentido de defesa desse ambiente, alguns alunos expressaram uma crítica não somente às posturas das pessoas que não colaboram para a preservação da natureza, como os cortadores de árvores, mas também dos interesses existentes por trás do corte da árvore, por exemplo, que serve, em grande parte do Brasil, para ampliação do agronegócio.

Também durante as conversas que eram realizadas antes das aulas práticas e também em dias programados para exposições e conversas, percebemos que os alunos, ao longo do desenvolvimento das atividades, conseguiram estabelecer relações entre a importância da natureza e a vida do homem, bem como a dependência da vida em relação à natureza. Conseguimos, coletivamente, estabelecer junto aos alunos algumas críticas em relação a forma como a natureza vem sendo apropriada hoje, num período histórico de avanço da mercadorização das esferas da vida.

Acreditamos que o entendimento dessas questões possa servir de bagagem cultural acumulada pelos alunos do projeto e que o permitam ampliar sua esfera de pensamento. Se esse grau de compreensão da realidade servirá para que busquem

formas de intervir nos problemas sociais no porvir de suas vidas é algo que não conseguimos mensurar.

Dentro das possibilidades de ensino proporcionadas pela canoagem, visualizamos que ela tem conteúdos e conhecimentos próprios que, se trabalhados articuladamente com outros conhecimentos proporciona aos participantes uma formação multifacetada, que comprehende desde o trabalho com a especificidade da Educação Física até a integração com outras áreas do conhecimento. Permite ainda o trabalho prático ao mesmo tempo em que a teoria lhe serve de baliza e oportuniza aos alunos a teorização de questões referentes ao esporte, ao lazer e à EA a partir da sua prática.

Dentro disso, além da vivência no lago, os alunos apreenderam os conhecimentos necessários para o entendimento da canoagem como modalidade esportiva surgida a partir da práxis humana e da relação entre o homem, a natureza e suas necessidades de sobrevivência, constituindo um conhecimento que adentra o contexto da cultura corporal. Além do desenvolvimento de atividades práticas no lago, desenvolveram a sistematização dos conhecimentos através da observação, escrita e desenhos, realizando recortes sobre a prática da canoagem, sua história, sua importância e influência do projeto nas suas histórias individuais.

Considerando a baixa popularidade dessa modalidade esportiva principalmente entre as camadas economicamente menos favorecidas, o contato com a canoagem tornou-se condição primária do projeto. Isso não excluiu o tratamento diferenciado aos alunos que se interessaram aperfeiçoar as técnicas de remada, tendo a oportunidade de vivência do rendimento esportivo. Mas, o objetivo primeiro do projeto foi o trabalho de construção dos valores contra-hegemônicos através do esporte.

O trabalho em grupo oportunizou uma horizontalidade no processo educativo e uma autoeducação entre os alunos. Os conhecimentos trabalhados – tanto os conhecimentos técnicos da canoagem, quanto os que tratam sobre a organização do grupo de alunos – foram apreendidos por eles que, por sua vez, interagiram com o restante do grupo também exercendo uma influência na educação dos demais. O auxílio com o manuseio e movimento das embarcações e os procedimentos de segurança, o ensinamento da técnica da remada, os gestos e posturas do corpo, todos estes aspectos passados dos alunos mais experientes para os mais novos são vivências intransferíveis, e que mostram a inversão de métodos educacionais enrijecidos e autoritariamente centralizados na figura do professor.

Tudo isto abriu margens também para a investigação científica a partir da prática concreta do um processo educativo, constituindo-se em oportunidade para a produção do conhecimento socialmente relevante, não idealizado, mas que influencia fortemente o contexto educacional dos alunos. E ainda, o projeto propiciou a abertura de um campo investigativo nesta temática a um coletivo de docentes e discentes da Educação Básica e Superior.

Conclusão

A partir do trabalho com a canoagem o grupo envolvido deparou-se tanto com uma prática antes desconhecida quanto com todos os aspectos relacionados a ela, em que se destaca a necessidade de preservação do ambiente como condição necessária para possibilitar a canoagem. Ao se problematizar com o grupo envolvido (por meio do diálogo, desenhos, *slides*, recortes de jornais) as questões ambientais que envolvem a

prática do esporte de canoagem como uma opção de lazer na cidade, evidenciou-se então a necessidade de superar a situação de degradação ambiental.

O esporte, antes quase desconhecido, acaba tornando-se parte da vida dos alunos, abrindo margens para o estabelecimento de uma relação entre os problemas ambientais particulares, presentes em determinada realidade social, com o todo mais amplo que abrange o conjunto dos homens, ou seja, uma relação entre o contexto individual do aluno com os problemas e anseios da sociedade.

Essa compreensão de que os interesses de uma determinada comunidade não são somente seus pode tornar a preocupação de determinados setores da população uma preocupação coletiva. Assim, as vivências de lazer, passam a ser problematizadas em razão de suas condições básicas e de sua própria execução – a manutenção do ambiente – e podem propiciar o entendimento de que há interesses distintos dentro da sociedade, condicionados pela posição econômica dentro da hierarquia social. O almejo dessa manutenção torna-se, portanto, interesse de classe, e os conhecimentos da EA convertem-se em ferramentas para a compreensão da realidade social, campo de demandas, pacíficas ou não, entre as classes sociais.

A construção de uma prática educativa diferenciada, que atenda aos interesses de educação das classes exploradas, mostrou a abertura de uma alternativa educacional que não se limita à transmissão de saberes, mas que os utiliza também para a construção de novos valores, necessários para a gênese de uma nova forma de organização social.

O homem constrói sua história através dos seus atos; porém, esses atos são determinados pela essência que regulamenta as relações sociais – no caso da sociedade atual, os valores econômicos. Portanto, a necessária construção de um novo metabolismo social perpassa pela ruptura de um modelo educacional de orientação

capitalista para reproduzirem cada indivíduo relações e valores que deem conta de reescrever a história humana. A candente necessidade de repensarmos os processos educativos advém de que os processos de exclusão social não se dão somente pela falta de educação, mas também pela e através da própria educação quando ela não aponta para a alteração dos parâmetros sociais que colocam milhares de pessoas à margem da sociedade.

Em síntese, a prática de canoagem para o coletivo dos envolvidos, segundo seus próprios relatos, vai além do esporte ou da prática pela prática. Para muitos deles a canoagem representa partilha de atividades, união de esforços, trabalho em equipe e respeito entre os colegas; além disso, também o reconhecimento de que a natureza é o espaço em que se desenvolvem as atividades humanas. Assim sendo, cuidar dela é sinônimo de preservar a própria vida humana.

Lazer e a EA podem estar unidos por meio de ações comprometidas com a mudança da realidade hegemônica, como um meio de formação e desenvolvimento de metodologias e práticas pedagógicas que questionem esses valores hegemônicos vigentes em sociedade, hoje, visualizando o ser humano: homens e mulheres como sujeitos capazes de produzir uma nova cultura. Contudo, se quisermos ousar falar em resolver os problemas ambientais atuais e caminhar rumo ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável e igualitária devemos ser críticos o suficiente e nos engajar na luta pela superação do atual modo de organização da sociedade.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, I; SALDANHA FILHO, M.F.; BRUST, C. Repensar as políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria. **Motrivivência**. n.27, p.179-192, dez. de 2006.

João Genaro Finamor Neto, Giane Lara,
Margareth F. dos Santos, Eduardo Lopes,
Diego Sauer e Elizara Carolina Marin

Educação Ambiental e Lazer

BARCELLOS, S. Ações em Educação Ambiental e suas Relações com a Interdisciplinaridade e Cidadania: o caso do projeto social “Educação Ambiental na Vila Kennedy”. Monografia (Especialização). Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2009.

CAPRA, F. A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. 7.ed. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2003.

CARVALHO, I.C.M. Projeto integrado de ciências e matemática para professores da rede pública – UFSCar. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental popular e extensão rural. **Pró-Ciências 2002.** CAPES/SEE/DE. Disponível em: <http://www.dm.ufscar.br/~salvador/projetosex.html>. Acesso em: 01 de ago. 2012.

CORRÊA, L.R. Sustentabilidade na Construção Civil. Monografia (especialização) Curso de Especialização em Construção Civil. Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

DEMO, P. Educar pela pesquisa. Campinas(SP): Autores Associados, 1996.

GONÇALVES, C. Um pouco de Filosofia no Meio Ambiente. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e Praticando a Educação Ambiental na gestão do Meio Ambiente.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: IBAMA, 2000, p.21-38.

JANSEN, G.R.; VIEIRA, R.; KRAISCH, R. A educação ambiental como resposta à problemática ambiental. **Revista eletrônica do Mestrado Educação Ambiental.** Fundação Universidade Federal de Rio Grande, v.18, p.190-203, jan. a jun. 2007. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3329>. Acesso em: 02 de ago. 2012.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Outros Temas: Caderno de Pesquisa**, n.118, p. 189-205, mar. 2003.

LAYARGUES, P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Org.) **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** São Paulo: Cortez, 2002, p.179-220.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do Psiquismo. Lisboa: Horizonte, 1978.

MASCARENHAS, F. Lazer como Prática da Liberdade: uma proposta educativa para a juventude. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORELLI et al. Livro do Professor. **Projeto Maquete Ambiental do Vale do Paraíba: 500 anos de transformações.** São José dos Campos: Vale Verde: Petrobras, 2004.

João Genaro Finamor Neto, Giane Lara,
Margareth F. dos Santos, Eduardo Lopes,
Diego Sauer e Elizara Carolina Marin

Educação Ambiental e Lazer

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso Futuro Comum.** Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

OURIQUES, H.R. A questão ecológica no capitalismo: uma crítica marxista. **Motrivivência.** Ano XVI, n. 22, p.19-38, jun.2004.

SAVIANI. D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** Campinas(SP): Autores Associados, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente e Coordenadoria de Educação Ambiental. **Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais.** São Paulo: SMA: Série Documentos, 1994, p.01-62. Disponível em:http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/EA_DocOficiais.pdf. Acesso em: 09 de set. 2011.

TRAUER, P.C.; SALDANHA FILHO, M. F. Mapa dos espaços públicos esportivos do município de Santa Maria: um estudo exploratório. In: IV CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, IV, 2008, Porto Alegre **Anais...**, Porto Alegre, 19 a 21 set. 2008, p.853-863.

Endereço dos Autores:

Elizara Carolina Marin
Centro de Educação Física e Desportos
Universidade Federal de Santa Maria
Av. Roraima nº1000
Bairro Camobi - Santa Maria- RS
CEP: 97105 900
Endereço Eletrônico: eliz_carol@hotmail.com